

A MESMA HISTORIA

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Li que as novas tarifas tornaram proibitivo o preço dos livros estrangeiros e que uma associação de médicos, ou de estudantes de medicina, já tornou público o seu protesto. Eu imagino que o critério que norteou os legisladores foi o do similar nacional, e daí concluo que andaram bem, porque tudo, ou quase tudo tem hoje um similar nacional. As obras completas de Shakespeare podem tornar-se inacessíveis à bolsa do brasileiro, porque nós por aqui temos teatro, e não nos falta, apesar de estarem fora de moda, quem nos escreva sonetos. Temos portanto o similar. Os romances do Tolstói também não precisam ser adquiridos e lidos, pois ninguém contestará que tenhamos bons, excelentes romancistas. E assim por diante, em todos os gêneros da literatura. Será mais fácil ainda justificar a elevação de preço dos livros de engenharia e de medicina. Temos tudo. Podemos portanto classificar como luxo, como perfume francês ou vinho de Chipre, os livros em que se registra a cultura européia e norte-americana.

Como cansa!... O professor, todo principio de ano volta à mesma história, mas tem a compensação de ver rostos diferentes e de supor que para os novos rostos a história é nova. O jornalista, que não vê as caras, e que as imagina constantes a julgar pelas cartas que recebe dos leitores assíduos, não tem o mesmo mecanismo de compensações. E' obrigado pelos acontecimentos a voltar aos mesmos assuntos. Aliás, por falar em professor e em similar nacional, devo proclamar que nem o giz, o modestíssimo giz com que escrevo no quadro-negro, está de todo isento das diferenças culturais. Amarrem-me um lenço nos olhos e deem-me dois pedaços de giz, um nacional e um americano, e eu aposto que sou capaz de dizer qual é o estrangeiro e qual é o nosso. O nosso se caracteriza pela abundância de grãos de areia que a cada instante arranham o quadro produzindo no pobre professor um arrepio, e logo depois uma cívica irritação. No giz de côr, que gosto de usar nos meus esquemas, a diferença é mais marcada e mais permanente. O nacional é desbotado e triste. Mas oficialmente é tratado como similar do outro que tem côr viva e convincente. Pergunto eu, de passagem, se será boa a política protecionista que encoraja a má qualidade, e se será nessa linha, da má qualidade, que conquistaremos a grandeza do Brasil. Será o giz, o giz sem areia, tão difícil de fabricar? Ou será tão pouco merecedor de coisa melhor o professor brasileiro? Dirão talvez que a proteção é boa e que é inevitável, nos primeiros tempos de

aprendizado, uma certa inferioridade do produto nacional. Então proponho uma fórmula para o caso do giz: mantenha-se a tarifa proibitiva durante algum tempo, cinco anos por exemplo, para dar uma oportunidade à técnica nacional, mas ao cabo desse tempo restitua-se ao público a capacidade de escolher o melhor produto com suspensão das tarifas proibitivas do produto estrangeiro.

Não recomendo entretanto a fórmula para os livros de medicina e de engenharia. Nesse caso só por pilhéria, podemos conceder que exista o similar nacional. E só por desvairado equívoco podemos pensar que já chegamos a um grau de desenvolvimento e de autonomia cultural que nos autoriza a bloquear a importação de livros estrangeiros. Se o Brasil precisa economizar divisas, entende-se que se economizem viscunts, mas não se entende que se economizem livros de medicina e de engenharia. Porque, se economizarmos livros de medicina e de engenharia, jamais poderemos reestabelecer a balança de trocas. Todo o mundo sabe que o Brasil precisa desenvolver-se economicamente, e todo o mundo diz hoje que a técnica está na base de qualquer esquema de desenvolvimento econômico. Em vez de técnica, eu preferiria dizer cultura, que é mais geral e que inclui a medicina e a música.

Falei em música porque me veio a idéia de uma outra reivindicação na mesma linha da reforma tarifária. Por uma crônica de Rubem Braga fiquei sabendo que não sei quem apelou para não sei qual dos poderes da República (provavelmente para o novo poder que até os homens da oposição, com a maior seriedade do mundo chamam de poder militar) no sentido de obter proteção para a música nacional nas fábricas de discos. Assim como já fazem nos concertos, para vergonha nossa, os fabricantes de discos teriam de incluir um número nacional em cada gravação de música estrangeira. Já existem discos em que a fábrica americana, sem nenhuma interferência de nosso Ministério da Guerra, associou um nome brasileiro a um outro de fora. Na gravação MGM-3158, temos de um lado Darius Milhaud, e de outro lado Heitor Vila Lobos. E' verdade que ambos os lados contêm temas brasileiros: Saudades do Brasil de Milhaud e Saudades das Selvas e outros, de Vila-Lobos. Mais honroso ainda para nós é o disco Cook - 1062 que apresenta numa face o Concerto de Brandeburgo n.º 3, de Bach, e na outra as Bachianas Brasileiras n.º 5 do mesmo glorioso patricio Vila-Lobos. Mas há um abismo entre a associação espontânea e a geminação compulsória.

Uma tem gosto de homenagem, outra tem gosto de nacionalismo. Duvido que o próprio Vila-Lobos tenha prazer de ser ouvido à força, por decreto. Duvido mesmo que goste de ser ouvido por obrigação cívica.

Aliás, por falar em autores nacionais e estrangeiros, noto que pela primeira vez na vida me ocorre a idéia de que Bach seja um estrangeiro. E' engraçado! Bach, estrangeiro; Mozart, estrangeiro; Newton, estrangeiro. E' engraçadíssima essa idéia de dividir os músicos em estrangeiros e nacionais! Mas não tem graça nenhuma a idéia de me obrigar a comprar 50% da música que desejo, tanto mais que já não é tão barato assim o disco prensado no Brasil.

Se a moda pega teremos brevemente não só os discos mas livros também enxertados. Um romance de Balzac só poderá ser traduzido e editado no Brasil com intercalação de O Atheneu. Na poesia, que geralmente produz obras de menor extensão, será ainda mais fácil a intercalação, e já podemos imaginar uma edição de Fleurs du Mal com interpoações de Bilac ou de Alberto de Oliveira. E assim, com esse método, conseguiremos infalivelmente despertar nos moços o gosto pelo que é nosso.

A moralidade de toda essa história foi dada numa fórmula lapidária pelo sr. Augusto Frederico Schmidt: "E' preciso fazer uma campanha contra a burrice!". Só receio, como o Rubem Braga também receeu, que o sr. Augusto Frederico Schmidt inclua minhas idéias e meus artigos na mesma matéria que está a pedir uma campanha de âmbito nacional. E aí é que está uma das dificuldades do grande problema brasileiro. A burrice, que devia ser uma coisa clara, uma coisa luminosa, uma coisa proclamada com unanimidade e convicção, tornou-se dividida, equívoca, e relativa. E se tivermos a imprudência de lançar os primeiros prospectos de nossa campanha, é bem possível que a ela adiram, com patriótico entusiasmo, os mesmos autores da idéia de dividir o disco em nacional e estrangeiro, e os mesmíssimos autores das tarifas proibitivas para os livros estrangeiros.

Por essas e outras prefiro desistir do vasto empreendimento e trabalhar por conta própria. Aliás, eu gostaria de perguntar ao sr. Augusto Frederico Schmidt quando foi que lhe veio a idéia daquela campanha. Penso que é recente. Que tem menos de dois anos. A julgar pelas posições políticas que tomou durante o período da sucessão presidencial, tudo indica que o poeta, naquela época, ainda não descobrira o nervo secreto do grande problema nacional.